

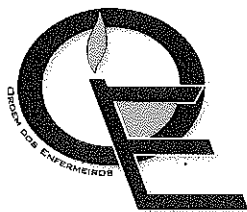
GD
AS

RELATÓRIO E CONTAS REFERENTES AO ANO 2000

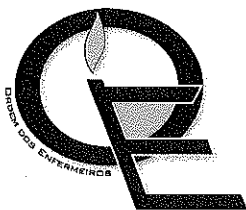
**Proposta Apresentada
pelo
CONSELHO DIRECTIVO DA ORDEM DOS ENFERMEIROS**

**LISBOA
21-02-2001**

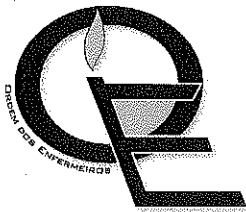
**ORDEM DOS ENFERMEIROS
ASSEMBLEIA GERAL
17 de Março de 2001**

G.M.
Q.N.**RELATÓRIO e CONTAS 2000**

INTRODUÇÃO	3
1 - OPÇÃO ESTRATÉGICA UM	4
1.1 PRIORIDADES	4
1.2 ACTIVIDADES PROPOSTAS	4
1.3 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	4
1.4 COMENTÁRIO CRÍTICO	5
2 - OPÇÃO ESTRATÉGICA DOIS	6
2.1 PRIORIDADES	6
2.2 ACTIVIDADES PROPOSTAS	6
2.3 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	6
2.4 COMENTÁRIO CRÍTICO	8
3 - OPÇÃO ESTRATÉGICA TRÊS	8
3.1 PRIORIDADES	8
3.2 ACTIVIDADES PROPOSTA	8
3.3 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	8
3.4 COMENTÁRIO CRÍTICO	9
4 - OPÇÃO ESTRATÉGICA QUATRO	9
4.1 PRIORIDADES	9
4.2 ACTIVIDADES PROPOSTAS	9
4.3 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	10
4.4 COMENTÁRIO CRÍTICO	10
5 - OPÇÃO ESTRATÉGICA CINCO	10
5.1 PRIORIDADES	10
5.2 ACTIVIDADES PROPOSTAS	10
5.3 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	11
5.4 COMENTÁRIO CRÍTICO	11
6 - POLÍTICA DE INFORMAÇÃO	11
6.1 PRIORIDADES	11
6.2 ACTIVIDADES PROPOSTAS	11
6.3 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	12
6.4 COMENTÁRIO CRÍTICO	12
7 - POLÍTICA DE RECURSOS E INTALAÇÕES	12
7.1 PRIORIDADES	12
7.2 ACTIVIDADES PROPOSTAS	12
7.3 ACTIVIDADES DESENVOLVIDAS	13
7.4 COMENTÁRIO CRÍTICO	13
8 - INSCRIÇÕES	14
9 - REVALIDAÇÃO DAS CÉDULAS PROFISSIONAIS	14
10-ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS	15
11-EMIÇÃO DE PARECERES	15
11.1 SOBRE MATÉRIA DE INTERDISCIPLINAR DAS ESPECIALIDADES	15
11.2 SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E DBONTOLOGIA	16
12-JULGAMENTO DE RECURSOS	16
13-CONTROLO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL	17
14-PROCEDIMENTO DISCIPLINAR	17
15-RECONHECIMENTO DE MÉRITO	17
16-REPRESENTAÇÃO E INTERVENÇÃO POLÍTICA	18
16-1 JUNTO DOS ÓRGÃOS DE SOBERANIA	18
16.2 PARTICIPAÇÃO EM COMISSÕES ORGANISMOS PREVISTOS NA LEI OU POR SOLICITAÇÃO	20
16.3 PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS REALIZADOS POR ENFERMEIROS OU POR OUTRAS ENTIDADES	20
17-GESTÃO DOS SERVIÇOS E EXPEDIENTE	21
18-REUNIÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	21
19-ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	24
19.1 ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA (MAPAS Nº1 e Nº2)	24
19.2 ANÁLISE DA SITUAÇÃO FINANCEIRA (MAPA Nº3)	26
COMENTÁRIO FINAL	27

**SIGLAS**

AG	-	<u>Assembleia Geral</u>
APDT	-	<u>Associação Portuguesa de Diálise e Transplante</u>
APE	-	<u>Associação Portuguesa de Enfermeiros</u>
APEEER	-	<u>Assoc. Portuguesa de Enf. Especialistas em Enfermagem de Reabilitação</u>
APEO	-	<u>Associação Portuguesa de Enfermagem Obstétrica</u>
CDN	-	<u>Conselho Directivo Nacional</u>
CDR's	-	<u>Conselhos Directivos Regionais</u>
CEN	-	<u>Conselho de Enfermagem Nacional</u>
CER's	-	<u>Conselhos de Enfermagem Regionais</u>
CIPE	-	<u>Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem</u>
CJ	-	<u>Conselho Jurisdicional</u>
CJR's	-	<u>Conselhos Jurisdicionais Regionais</u>
CML	-	<u>Câmara Municipal de Lisboa</u>
ESEnf's	-	<u>Escolas Superiores de Enfermagem</u>
ICN	-	<u>International Council of Nurses</u>
IGIF	-	<u>Instituto de Gestão Informática e Financeira</u>
IPSS's	-	<u>Instituições Privadas de Solidariedade Social</u>
OMS	-	<u>Organização Mundial de Saúde</u>
UKCC	-	<u>United Kingdom Central Council</u>



INTRODUÇÃO

Permitir a avaliação da concretização do Plano de Actividades, aprovado na Assembleia Geral de 18 de Março 2000, levada a cabo pelos órgãos sociais da Ordem dos Enfermeiros, no plano Nacional, é o propósito do Relatório de Actividades que aqui se apresenta e que justificam o conjunto das despesas, referentes à Sede Nacional e que se discriminam na análise económica e financeira.

Assim e para que a leitura deste documento tenha em conta os mesmos pontos de referência, relembra-se o seguinte:

- o Plano de Acção de 2000, enquanto instrumento de orientação para o trabalho a desenvolver e os recursos a disponibilizar teve como eixo fundamental a definição de prioridades para a concretização das opções estratégicas que os órgãos sociais da Ordem se comprometeram a desenvolver ao longo dos quatro anos de mandato.
- a Assembleia Geral decidiu, através de uma recomendação, que o Relatório de Actividades e Contas fosse apresentado na base das actividades propostas para o desenvolvimento de cada opção estratégica.

No cumprimento desta recomendação considerou o CDN ser necessário que o Relatório de Actividades contenha o conjunto de informação que possibilite a todos os membros formularem a sua avaliação sobre o trabalho desenvolvido. Neste sentido, optou-se pelos seguintes critérios de sistematização:

- **actividades inerentes às opções estratégicas, políticas de informação, de recursos e instalações;**
- **actividades inerentes ao regular funcionamento dos órgãos.**

Procurando o máximo de objectividade entende-se esta sistematização como um instrumento facilitador da análise crítica que se deseja ao trabalho realizado.

No que se refere à apresentação das contas, a sua sistematização obedece às regras correntes que sob o ponto de vista técnico-financeiro são exigíveis nesta matéria e onde os mapas, que discriminam os custos e os investimentos, permitem verificar o total das despesas que o conjunto das actividades realizadas implicaram.

Espera-se que esta metodologia possibilite identificar tanto os percursos já realizados quanto às insuficiências e lacunas que importa superar com a definição de novas etapas que o Plano de Acção para 2001 deve corporizar.



ACTIVIDADES INERENTES ÀS OPÇÕES ESTRATÉGICAS, POLÍTICAS DE INFORMAÇÃO, DE RECURSOS E INSTALAÇÕES

1 - OPÇÃO ESTRATÉGICA UM

PROMOVER A DEFESA DA MELHORIA CONTÍNUA DA QUALIDADE DOS CUIDADOS DE ENFERMAGEM

1.1 Prioridades

- Definir padrões de qualidade.
- Implicar os enfermeiros na reflexão e assunção do Código Deontológico.

1.2 Actividades propostas

- Promover a discussão da CIPE com outras associações profissionais de enfermeiros.
- Identificar o trabalho já realizado sobre padrões de qualidade dos Cuidados de Enfermagem.
- Identificar os padrões de qualidade a definir envolvendo as instituições e as ESEnf's.
- Construir uma amostra representativa dos contextos da prática para a reflexão sobre os padrões de qualidade.
- Realizar seminários temáticos sobre os deveres deontológicos (consentimento, sigilo, direito ao cuidado, assistência ao doente terminal, deveres para com a profissão...).
- Criar uma base de dados com trabalhos de enfermeiros sobre ética e deontologia.
- Realizar encontros com enfermeiros membros das Comissões de Ética das instituições e com os enfermeiros que leccionam ética e deontologia nas ESEnf's.
- Promover reflexão sobre o REPE.

1.3 Actividades desenvolvidas

- O Conselho de Enfermagem em conjunto com os conselhos de Enfermagem Regionais realizaram:
 - Formação sobre a CIPE para membros do CE/ Comissões e CE Regionais.
 - Encontros regionais e/ou distritais com enfermeiros:
 - dos Cuidados Gerais e Especializados na Região Centro;
 - dos enfermeiros Especialistas de Reabilitação - em todas as Secções Regionais.



- Pesquisa sobre o trabalho anteriormente realizado, sobre padrões de qualidade, a nível nacional e internacional.
- Formação sobre padrões de qualidade dos cuidados de enfermagem - todos os membros do CE/Comissões e CE Regionais.
- Elaboração da primeira versão do enquadramento conceptual do exercício profissional e a definição da primeira versão dos padrões de qualidade dos cuidados de enfermagem - enunciados descritivos.
- A Comissão de Especialidade de SMO reuniu com a APEO
- A Comissão de Especialidade de Reabilitação com a APEEER
- A Comissão de Especialidade Médico Cirúrgica reuniu com a APDT
- O CJ realizou:
 - encontros, nas três regiões do continente com os enfermeiros das Comissões de Ética para a Saúde e enfermeiros que leccionam Ética e Deontologia em ESEnf's
 - um seminário sobre "Informação e Confidencialidade"
 - cinco encontros de reflexão sobre o Código Deontológico, em colaboração com os CD Regionais
- O CDN e o CEN reuniram com o IGIF, para avaliação da situação sobre a tradução, e com a APE sobre a situação da publicação e validação da CIPE
- O CDN reuniu com os representantes da Ordem nas Comissões e Conselhos da Qualidade em Saúde

1.4 Comentário crítico:

Se atendermos aos propósitos e objectivos formulados no plano de actividades para 2000 que integram esta opção estratégica, pode verificar-se que nem todas as actividades previstas foram concretizadas e outras foram objecto de adaptação metodológica. Isto, como forma de consolidar instrumentos que sustentem com coerência a intervenção da Ordem numa área que é fundamental para a concretização do seu desígnio e a apropriação deste pelos enfermeiros.



GD
QR

2 - OPÇÃO ESTRATÉGICA DOIS

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DA PROFISSÃO DE ENFERMAGEM

2.1 Prioridades

- Afirmar a Enfermagem no contexto social, científico e académico
- Reconhecer a individualização das especialidades em enfermagem

2.2 Actividades propostas

- Consolidar relações com outras organizações de enfermeiros , outras Ordens nacionais e estrangeiras.
- Divulgar a Ordem junto das instituições internacionais.
- Criação de um gabinete de relações internacionais.
- Elaboração de um dossier de apresentação da OE e da enfermagem em Portugal.
- Programação de visitas e participação em eventos.
- Reunir com as organizações profissionais para auscultar opiniões e argumentos sobre as especialidades em enfermagem.
- Elaborar um estudo que permita o conhecimento da realidade internacional.
- Realizar um estudo que permita o conhecimento das necessidades da população em cuidados especializados.
- Definição do perfil actual dos enfermeiros especialistas.

2.3 Actividades desenvolvidas

No âmbito da afirmação da enfermagem no contexto social, científico e académico, enquadram-se as seguintes actividades realizadas pelo CDN, CEN e/ou em conjunto CDN e CEN

- Participação em 147 eventos Nacionais e Regionais.
- Realização de 3 Reuniões com APE.
- Realização de uma reunião de trabalho em Madrid com o Consejo General de los Colegios de Enfermeria.
- Criação do gabinete de relações internacionais no final do ano.

607
00

- Elaboração de um dossier de apresentação da Ordem dos Enfermeiros que já começou a ser distribuído a vários países participantes nos diversos eventos internacionais.
- Participação na Conferência de Munique sobre o papel dos enfermeiros e parteiras nas metas da saúde 2000
- Participação na Conferência de Budapeste sobre Registo e Formação em Enfermagem
- Participação no Forum Europeu da Saúde, na Áustria.
- Participação na Conferência da Telenurse.
- Organização, pela Comissão de Especialidade de Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica, de 2 mesas no Congresso Internacional de Medicina Perinatal
- Organização conjunta da Comissão de Especialidade de Enfermagem Comunitária com a Associação de Médicos de Saúde Pública de um encontro sobre Resíduos Hospitalares.
- Programação de ida à OMS- Europa Fevº/01.
- Programação de visita ao UKCC- Londres e Edimburgo; e Associação dos Enfermeiros Dinamarqueses – Copenhaga, Fevº/01.
- Programação de participação no Congresso do ICN- Copenhaga, Jun/01.
- Realização de 5 Encontros Regionais, CDN e CDR's, sobre "*A saúde um espaço de intervenção interdisciplinar*" com a intervenção de outros técnicos.
- Realização da Conferência "A cada família o seu enfermeiro".

No âmbito da individualização das especialidades:

- Pelo CDN e CEN foram realizadas:
 - uma reunião com sindicatos e associações de enfermagem.
 - uma reunião com representantes ESEnf's.
 - Foram celebrados protocolos com 4 ESEnf's para a realização dos estudos propostos, prevendo-se a entrega dos relatórios finais em Julho de 2001, e estudos estes desenvolvidos com a comparticipação financeira da Ordem.
- Pelo CEN foram elaborados os parâmetros dos Estudos e constituídas as respectivas comissões de acompanhamento
- Foi realizada a análise do ficheiro de membros que permite uma leitura preliminar da realidade nacional.



2.4 Comentário crítico:

Foram dados os primeiros passos para a afirmação da profissão em vários contextos onde os enfermeiros têm muitas vezes passado despercebidos, como grupo profissional, e em simultâneo foram criados espaços de debate alargado com muitos enfermeiros sobre temáticas que contribuem para perspectivar a intervenção dos enfermeiros.

Foram lançadas as bases que permitirão o debate em torno do futuro da profissão no que respeita ao seu desenvolvimento, nomeadamente para a definição das especialidades que melhor sirvam as necessidades da população em cuidados de enfermagem.

3 - OPÇÃO ESTRATÉGICA TRÊS

PROMOVER A REGULAMENTAÇÃO E CONTROLO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

3.1 Prioridades

- Controlar o exercício ilegal da profissão.
- Melhorar as condições do exercício profissional.

3.2 Actividades propostas

- Encontros de formação dos membros dos Conselhos Jurisdicionais com o objectivo de aprofundar e evoluir na aferição da linguagem e conceitos.
- Criar um Observatório de Enfermagem que permita iniciar um processo de análise no que respeita à prestação de cuidados no domicílio, em lares de idosos e noutros contextos.
- Visitas programadas às instituições.
- Acompanhar o desenvolvimento do exercício liberal com o objectivo de aferir critérios que devam presidir à definição dos honorários relativos às intervenções dos enfermeiros.

3.3 Actividades desenvolvidas

- Realizados dois encontros de formação para membros dos CJ's.
- Iniciado o processo de controlo do exercício pela identificação dos enfermeiros a exercer nas instituições de saúde sem inscrição na OE.



GD
OO

- Elaborada a primeira base de parâmetros para avaliação da prática de actos passíveis de serem enquadrados como exercício ilegal da enfermagem.
- Elaborados instrumentos de registo das intervenções da OE face a denúncias e participações de má prática.
- Foram realizadas visitas a várias instituições de saúde no âmbito das Secções Regionais.
- Foi criado um grupo de trabalho e está em preparação um encontro de enfermeiros que exercem a profissão em regime liberal.

3.4 Comentário crítico:

Considera-se que nesta área o trabalho iniciado permitiu aferir a nível nacional critérios que balizem a intervenção da Ordem na vertente do controlo do exercício ilegal. São os pilares que permitirão construir no futuro o Observatório da Enfermagem. Na área da regulamentação profissional, nomeadamente no que respeita ao exercício liberal, a constatação de que há contradições legislativas que precisam de ser compatibilizadas, exigem um trabalho de maior aprofundamento de forma a melhor definir a intervenção da Ordem dos Enfermeiros.

4 - OPÇÃO ESTRATÉGICA QUATRO

PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DOS ENFERMEIROS NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE SAÚDE

4.1 Prioridades

- Estabelecer os princípios gerais que norteiem a intervenção da OE na avaliação e definição do sistema de saúde.
- Acompanhar as experiências inovadoras no campo da saúde.

4.2 Actividades propostas

- Criar um grupo de trabalho que elabore documentos como base de discussão, análise e tomada de decisão.
- Manter estreita relação com as instituições e os cidadãos.
- Emitir pareceres sobre aspectos relacionados com o exercício profissional.
- Criação do Fórum Saúde com o objectivo de monitorização e reflexão sobre as experiências inovadoras.



607

- Articular com outras organizações profissionais de enfermeiros com o objectivo de encontrar plataformas de entendimento e quando possível posições consensuais.

4.3 Actividades desenvolvidas

- Foi criado o Forum da política de saúde.
- O CDN nomeou os grupos de trabalho que se encontram a preparar documentos sobre:
 - princípios enformadores;
 - a análise que decorre do acompanhamento das experiências inovadoras.
- Elaborado o projecto de Encontro sobre a política de saúde.
- Apresentadas propostas relativas a legislação referente a:
 - estabelecimentos de Diálise e implicações para os cuidados de enfermagem
 - serviços de Higiene Saúde e Segurança no Trabalho e enfermeiros do trabalho

4.4 Comentário crítico:

O trabalho desenvolvido nesta área permitiu apresentar aos Ministérios da tutela a posição da Ordem sobre matérias específicas que implicam corrigir enquadramentos legislativos. O trabalho de estudo e análise desenvolvido pelas Comissões permitirá, num curto espaço de tempo desenvolver um debate alargado com vista a melhorar a intervenção, dos enfermeiros em geral e da Ordem em particular, nas questões relacionadas com a política de saúde como contributo para a melhoria da saúde da população.

5 - OPÇÃO ESTRATÉGICA CINCO

PROMOVER A PARTICIPAÇÃO DOS ENFERMEIROS NA DEFINIÇÃO DA POLÍTICA DE FORMAÇÃO NA ÁREA DA SAÚDE E DA ENFERMAGEM EM PARTICULAR

5.1 Prioridades

- Avaliar os actuais modelos de formação em enfermagem.
- Acreditação dos espaços formativos e creditação da formação.

5.2 Actividades propostas

- Intervir para que sejam ultrapassados os constrangimentos ao aumento da formação de mais enfermeiros.



- Constituir uma comissão de acompanhamento dos aspectos relativos à formação com representantes da CF e do CDN e outros elementos a designar.
- Realizar um levantamento das experiências nacionais e de outros países com vista à elaboração de critérios para o reconhecimento de idoneidade dos serviços enquanto espaços formativos.

5.3 Actividades desenvolvidas

- O CDN realizou várias intervenções junto dos Ministros da Educação e da Saúde.
- Realizou uma Conferência de Imprensa de denúncia da não existência de uma estratégia global para fazer face à carência de enfermeiros.
- A Comissão de Formação elaborou:
 - questionários de avaliação do 1º Curso de Complemento de Formação e procedeu à sua aplicação;
 - um instrumento de recolha de dados sobre a investigação realizada em Portugal na área das Ciências de Enfermagem.

5.4 Comentário crítico:

Nesta área a intervenção pautou-se pela sensibilização do poder político, nomeadamente grupos parlamentares, Ministra da Saúde e Ministro da Educação para que sejam criadas as condições que garantam, num prazo razoável, que o país disponha do número de enfermeiros que ofereçam à população os cuidados de saúde de qualidade a que tem direito e dos quais os cuidados de enfermagem são parte integrante. Permitiu ainda que da avaliação a realizar, com base nos dados recolhidos sobre o 1º Curso de Complemento de Formação, se venham a elaborar propostas que permitam melhorar, quantitativamente e qualitativamente, este importante instrumento para o desenvolvimento da profissão e consequente melhoria dos cuidados de enfermagem.

6 - POLÍTICA DE INFORMAÇÃO

6.1 Prioridades

- Lançar novas formas de comunicação com todos os membros.
- Criar um espaço de divulgação de estudos e ensaios relativos aos enfermeiros.
- Potencializar as novas tecnologias ao serviço da comunicação e informação interna e externa.

6.2 Actividades propostas

- Edição de uma Revista trimestral.
- Edição de Cadernos Científicos.
- Renovação do Site da Internet.



687
98

- Criação de um Gabinete de Relações Públicas.
- Estudo para a criação de uma editora.

6.3 Actividades desenvolvidas

- Foi concebida a Revista da Ordem dos Enfermeiros – Órgão oficial da Ordem – elaborado o respectivo regulamento e constituída a equipa responsável pela sua edição.
- Foram publicados e enviados a todos os membros, entidades oficiais e organizações profissionais, dois números da Revista.
- Foi definido o modelo de Cadernos científicos e iniciados os contactos com vista à constituição do seu Conselho Científico.
- Foi elaborado o estudo com vista à renovação do site e estabelecidos os contactos com as empresas para a sua construção.

6.4 Comentário Crítico

A preparação da Revista foi o grande investimento nesta área. A sua construção – ao nível de qualidade que nos impusemos – revelou-se uma tarefa particularmente absorvente. Desta particular atenção decorreu algum prejuízo para outras actividades propostas. Tal facto, aliado à carência de instalações (impeditiva, por exemplo, da contratação de pessoal especializado) e a algum excesso de ambição no leque das propostas apresentadas, inviabilizaram a sua concretização durante o ano. Contudo, e porque se deram passos efectivos nesse sentido, o seu desenvolvimento será possível num futuro próximo.

7 – POLÍTICA DE RECURSOS E INSTALAÇÕES

7.1 Prioridades

- Aquisição da Sede Nacional.
- Reforço do apoio técnico e administrativo.

7.2 Actividades propostas

- Levantamento e elaboração de propostas para aquisição da sede.
- Reforçar o apoio de secretariado aos Conselhos.
- Reforço do apoio jurídico.



7.3 Actividades desenvolvidas

- Foram realizadas várias pesquisas que conduziram à proposta da realização da AG Extraordinária de 13 de Setembro.
- Realizada a escritura de aquisição da Sede Nacional, em Dezembro.
- Está em estudo o projecto de obras de adaptação e foi feito o pedido de licenciamento à CML.
- Foi nomeado o assessor jurídico do CJ, previsto no nº2 do art. 25º do Estatuto sendo realizada uma avença.
- Desenvolveu-se o Software de Gestão e registo dos processos dos membros que permitiu a emissão regular e atempada da facturação e revalidação das cédulas profissionais.
- Foi adquirido um circuito de comunicações dedicado que permite melhorar a descentralização dos processos administrativos.

7.4 Comentário crítico:

As instalações da Sede Nacional têm condicionado a possibilidade de desenvolvimento dos meios humanos e logísticos de suporte ao desenvolvimento de toda a actividade da Ordem. O investimento na busca de soluções de espaço, económicas e jurídicas foi, nesta área, um trabalho prioritário e que exigiu envolvimento e tempo necessário à sua concretização. Para a Ordem, este importante passo permite prever uma melhoria significativa das condições necessárias para a resposta aos desafios que se colocam. A decisão tomada pelos membros que participaram na Assembleia Geral Extraordinária com vista à aquisição da Sede Nacional, como património, foi o contributo decisivo que a todos nos deve orgulhar.

607
05**ACTIVIDADES INERENTES AO REGULAR FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS****8 - INSCRIÇÕES**

Foram recebidos entre 1 de Janeiro e 31 de Dezembro um total de 2406 pedidos de inscrição, 382 pedidos de cancelamento ou de suspensão, assim como comunicação de falecimentos. Foram admitidos 2997 novos membros sendo de 37720 o total de membros activos. O quadro seguinte apresenta a distribuição pelas respectivas Secções Regionais:

Secção Regional	Pedidos de inscrição	Admissões a)	Pedidos de Cancelamento, Suspensão e Falecimentos				Acréscimo de Membros Activos Ano de 2000	Total de Membros Activos Em 31-12-2000
			Cancel.	Susp.	Falec. b)	Total		
Açores	69	76	8	8	1	17	59	1059
Centro	554	662	45	16	16	77	585	8396
Madeira	37	44	9	3	2	14	30	1333
Norte	735	962	56	30	13	99	863	11359
Sul	1011	1251	121	43	11	175	1076	15573
TOTAL	2406	2997	239	100	43	382	2615	37720

a) inclui pedidos de inscrição transitados do ano anterior

b) inclui falecimentos do ano anterior

9 - REVALIDAÇÃO DAS CÉDULAS PROFISSIONAIS

Foram revalidadas 33466 cédulas profissionais.

Se tomarmos por referência o total de 35092 membros inscritos em 31 de Dezembro de 1999, (o total dos que deveriam liquidar a sua quotização a partir de Janeiro de 2000) e a este número adicionarmos o número de novos membros efectivos – 2615, decorrente do balanço entre membros admitidos ao longo do ano e membros que a seu pedido deixaram de estar no activo, e ainda que aos membros admitidos durante o mês de Dezembro foi emitida a cédula de 2001 e não a vinheta de revalidação, **poder-se-á concluir que, de acordo com os critérios definidos pelo CDN para a revalidação das cédulas profissionais, quase 90% dos membros efectivos têm a sua situação regularizada perante a Ordem.**



10 - ATRIBUIÇÃO DE TÍTULOS

Foram atribuídos pelo Conselho de Enfermagem um total de 3104 títulos profissionais, sob proposta das respectivas Comissões, distribuídos do seguinte modo:

<i>Enfermeiro</i>	2897
<i>Especialista em enfermagem de Reabilitação</i>	28
<i>Especialista em Enfermagem de S. Infantil e Pediátrica</i>	23
<i>Especialidade em Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica</i>	52
<i>Especialista em Enfermagem Médico Cirúrgica</i>	32
<i>Especialista em Enfermagem na Comunidade</i>	37
<i>Especialista em Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica</i>	35

11 - EMISSÃO DE PARECERES

11.1 - SOBRE MATÉRIA INTERDISCIPLINAR DAS ESPECIALIDADES EM ENFERMAGEM

Foram emitidos pelo Conselho de Enfermagem um total de 60 pareceres que agrupados por diferentes áreas apresentam a seguinte distribuição:

<i>Competência</i>	37
<i>Projectos</i>	2
<i>Habilitações/títulos</i>	7
<i>Formação</i>	7
<i>Outros</i>	7
Total	60



11.2 – SOBRE O EXERCÍCIO PROFISSIONAL E DEONTOLOGIA

O Conselho Jurisdicional emitiu 12 pareceres que apresentam a seguinte distribuição temática

<i>Regulamento do exercício do direito à objecção de consciência</i>	1
<i>Recusa de tratamento/ consentimento informado</i>	1
<i>Relações interprofissionais</i>	3
<i>Incompatibilidade do exercício da profissão de enfermeiro</i>	4
<i>Ambiente e condições de trabalho</i>	1
<i>Revalidação de Cédulas Profissionais</i>	1
<i>Divulgação de publicidade nos meios de informação da Ordem</i>	1
Total	12

12 – JULGAMENTO DE RECURSOS

Das decisões de outros órgãos foram interpostos 4 recursos para o Conselho Jurisdicional sobre as seguintes matérias:

- Indeferimento do pedido de admissão como membro efectivo.
- Revogação do acto de cobrança de quotas.
- Revogação da decisão de não instaurar procedimento disciplinar.
- Revogação da decisão de instaurar procedimento disciplinar.
- Dos 4 recursos apresentados foi negado provimento a 3 e aceite o pedido de revogação da decisão de não instaurar procedimento disciplinar.



13 - CONTROLO DO EXERCÍCIO PROFISSIONAL

Sobre o exercício foram recebidas 110 participações, durante os anos de 99 e 2000 relativas ao exercício profissional cujas matérias nem sempre precisas incidem globalmente sobre presumível exercício ilegal, más práticas, organização de trabalho e relações entre colegas.

Sendo da competência das Secções Regionais a instrução dos processos que decorrem de participações apresentadas à Ordem dos Enfermeiros sobre o exercício profissional, referimos aqui os dados globais relativos a presumível exercício ilegal que do total de queixas apresentadas foram 21 das quais 15 encontram-se em fase de instrução, 3 foram enviadas ao Ministério Público e 3 foram arquivados por falta de provas.

14 - PROCEDIMENTO DISCIPLINAR

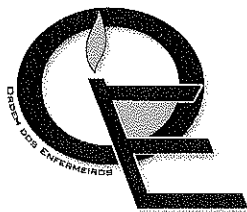
Durante o ano 2000 foram apreciadas dez propostas de despacho em processos disciplinares instaurados a membros da Secção Regional do Norte (5), do Centro (3), do Sul (1) e dos Açores (1).

Em relação aos dez processos chegados este ano ao Conselho Jurisdicional, foram proferidos cinco *Despachos de Arquivamento* e igual número *Despachos de Acusação*.

Sobre dois dos processos em que foram proferidos *Despacho de Acusação* veio a ser lavrado acórdão que conclui pela *Absolvição* e foi aplicada a de Pena de Censura Escrita em um. Os outros dois encontram-se em curso, aguardando-se a apresentação de defesa dos arguidos.

15 - RECONHECIMENTO DE MÉRITO

Foram instaurados e concluídos dois processos de reconhecimento de Mérito instaurado ao abrigo dos artigos 9º a 13º do Regimento Disciplinar, por proposta do Conselho de Enfermagem, respectivamente à Enfermeira Emília Maria da Costa Cabral da Costa de Macedo (membro nº 5-E-32422), Maria Aurora de Sousa Bessa (membro nº 4-1-00011), com atribuição de Louvor com Distinção.



16 - REPRESENTAÇÃO E INTERVENÇÃO POLÍTICA

Esta actividade desenvolve-se em várias vertentes que, ao longo do ano 2000, tiveram a seguinte expressão:

16.1 – Junto dos Órgãos de Soberania

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Foram enviados à Presidência da República documentos com a posição do CDN relativa ao Projecto de Decreto-lei sobre “Reorganização da Rede das Escolas Superiores de Enfermagem”.

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA

Realizou-se uma audiência com a Comissão Parlamentar da Saúde e Toxicodependência onde foram debatidos entre outros os seguintes assuntos:

- Falta de enfermeiros e ausência de estratégias para solucionar o problema
- “Acto Médico” posição da Ordem dos Enfermeiros

Entre Maio e Julho realizaram-se audiências com todos os Grupos Parlamentares também sobre o “Acto Médico” e a ausência de uma efectiva estratégia que vise aumentar a formação de enfermeiros.

GOVERNO

Ministério da Saúde

A Ordem foi recebida duas vezes pela Ministra da Saúde e uma vez pelo Secretário de Estado dos Recursos Humanos e Modernização da Saúde, onde foram debatidos assuntos de interesse comum.

- A importância dos enfermeiros na equipa de saúde. O Dec. Lei nº 109/2000, de 30 de Junho, exclui o enfermeiro do trabalho, é urgente a rectificação;
- Plano nacional de emergência – necessidade de enfermeiros fazerem parte dos grupos de estudo que estão a funcionar no Ministério da Saúde;
- Lei Bases da Saúde e Estatuto Jurídico dos Hospitais – foi garantido que os projectos de diploma serão enviados à Ordem para parecer;
- Carência de enfermeiros – necessidade de o Ministério actualizar o estudo elaborado em 1998 com a previsão das necessidades de enfermeiros para os próximos anos;
- “Acto Médico” posição da Ordem dos Enfermeiros;
- Proposta de alteração do Dec-lei 505/99, de 20 de Novembro, sobre o licenciamento e fiscalização das Unidades de Diálise, de forma a garantir a compatibilização com o definido no Regulamento do Exercício Profissional do Enfermeiro e a salvaguarda da qualidade dos cuidados;
- Reorganização da rede das Escolas Superiores de Enfermagem. Posição do CDN.



607
20

Ministério da Educação

A Ordem foi recebida duas vezes pelo Ministro da Educação acompanhado do Secretário de Estado do Ensino Superior, onde foram debatidos assuntos de interesse comum :

- Alguns comentários à Resolução do Conselho de Ministros de 19-11-1998;
- Grave carência de enfermeiros – plano estratégico de formação;
- “Curso de complemento de formação em enfermagem” medidas a considerar/ corrigir;
- Diligências para que as Universidades venham a criar mestrados e doutoramentos em Enfermagem;
- Equivalência ao “Curso de Estudos Superiores Especializados” a enfermeiros habilitados com o grau de bacharel e habilitados com um “Curso de Especialização em Enfermagem” – entrega de documento;
- Cursos de Pós Licenciatura de Especialização em Enfermagem.

Ministério da Defesa

Houve uma audiência com o Ministro da Defesa onde foram debatidos assuntos relativos a:

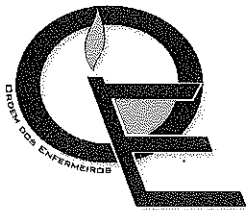
- aplicação do Decreto-Lei nº 353/99, de 3 de Setembro, à Escola do Serviço de Saúde Militar;
- exercício ilegal da profissão;
- questões colocadas aos enfermeiros militares.

Ministério do Trabalho e da Solidariedade

Houve uma audiência com o Secretário de Estado do Emprego e Formação Profissional onde foram debatidos os seguintes aspectos:

- o Dec-lei nº 109/00, de 30 de Junho, onde é excluído o enfermeiro do trabalho;
- a colaboração da Ordem na formação de outros profissionais na área da saúde.

Com o Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e Solidariedade houve uma audiência na qual foi garantido que a Ordem será ouvida na revisão da legislação em curso, onde se prevê o enquadramento profissional dos enfermeiros nos lares de idosos, misericórdias e IPSS's.



16.2. – Participação em Comissões/Organismos previstas na Lei ou por solicitação

Para além de já existirem representantes da Ordem no Conselho Consultivo da Universidade de Aveiro e no Conselho Geral do Conselho Nacional da Qualidade na Saúde, durante o ano 2000 foram nomeados, pelo CDN, representantes para as seguintes Comissões/Organismos:

- *Comissão Ministerial de Acompanhamento ao Doente Ostomizado*
- *Conselho Consultivo do Instituto da Qualidade em Saúde*
- *Conselho Consultivo da Escola Superior de Enfermagem Francisco Gentil*
- *Comissão de Acompanhamento de Intervenção Operacional para a Saúde*
- *Conselho do Projecto de Reorganização da Farmácia Hospitalar*

Foram ainda indicados pela Ordem, enfermeiros para integrarem os seguintes Conselhos na área da Saúde Mental:

- *Conselho Nacional de Saúde Mental*
- *Conselho Regional de Saúde Mental – Região Norte*
- *Conselho Regional de Saúde Mental – Região Centro*
- *Conselho Regional de Saúde Mental – Região Lisboa e Vale do Tejo*
- *Conselho Regional de Saúde Mental – Região do Alentejo*
- *Conselho Regional de Saúde Mental – Região do Algarve*

16.3. – Participação em eventos realizados por enfermeiros e/ou outras entidades

A Ordem esteve presente em 147 eventos, com intervenções temáticas ou em sessões de abertura e/ou encerramento.

Pelo elevado volume de solicitações, a representação nestes eventos foi delegada, pela Bastonária em vários membros dos Órgãos Sociais.



17 - GESTÃO DOS SERVIÇOS E EXPEDIENTE

Foi assegurado o envio mensal, a todos os membros, da informação relativa à quotização o que totaliza uma média mensal de 30.000 cartas (360.000 ano).

Foi assegurado que a informação pertinente a disponibilizar a todos os membros fosse enviada juntamente com o envio da facturação como forma de minimizar custos (ex: Convocatória AG Extraordinária de Setembro, Conferência – *A cada Família o seu enfermeiro*).

Além do atendimento regular dos membros nas Secções Regionais, muitos foram os que se dirigiram, quer pessoal quer telefonicamente, à sede, aos quais se procurou responder às suas solicitações e posterior encaminhamento para as respectivas Secções Regionais.

Deram entrada na Sede Nacional um total de 4961 documentos, relativos a diversas matérias, enviados entre outros por entidades oficiais, convites para participação em eventos, cartas de membros e foram expedidos 4343 documentos.

18 - REUNIÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Todos os órgãos nacionais funcionaram regularmente, reunindo de acordo com o estipulado no Estatuto e nos respectivos regulamentos internos.

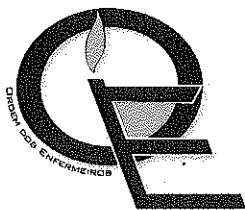
O CDN reuniu 27 vezes, ao longo do ano, três das quais extraordinariamente, sendo que duas das suas reuniões tiveram a duração de dois dias.

O CDN promoveu um Encontro Nacional dos órgãos sociais no mês de Janeiro com a finalidade de aprofundar e colher todos os contributos para a definição do trabalho a desenvolver durante o ano 2000, no qual participaram mais de 150 membros efectivos e suplentes.

As Comissões nomeadas pelo CDN, reuniram:

Comissão para a Organização do trabalho de divulgação e aprofundamento das conclusões de Munique - cinco vezes

Comissão para o Acompanhamento do Controlo e Regulamentação do Exercício Profissional - quatro vezes



As Comissões de Acompanhamento das experiências inovadoras, nomeadas para o Forum da Política de Saúde realizaram as seguintes reuniões:

- <i>Centros de Saúde de 3ª Geração e Regime Remuneratório Experimental</i>	12
- <i>Programa de Promoção e Monitorização do Acesso</i>	4
- <i>Centros de Responsabilidade Integrados</i>	7
- <i>Experiência de Gestão do Hospital de S. Sebastião</i>	4
- <i>Unidade Local de Saúde de Coimbra Sul</i>	3
- <i>Convenções e Exercício Liberal</i>	5
- <i>Centro Hospitalar da Cova da Beira</i>	1

A Comissão para a elaboração dos Princípios Enformadores sobre as Políticas de Saúde reuniu x vezes

O CJ reuniu em Plenário 11 vezes e as suas Secções reuniram 8 vezes.

O CEN reuniu 14 vezes, duas das quais extraordinárias, sendo que em 4 reuniões participaram os presidentes dos Conselhos de Enfermagem com o objectivo de coordenar e programar a actividade a desenvolver de acordo com as prioridades definidas.

O CEN coordenou a actividade das Comissões de Especialidade, Cuidados Gerais e Formação. As Comissões, que, em algumas das suas reuniões tiveram a participação dos membros dos Conselhos de Enfermagem Regional das várias áreas de especialidade, reuniram ao longo do ano conforme o quadro seguinte:

<i>Com. Esp. Enfermagem de Reabilitação</i>	12
<i>Com. Esp. Enfermagem Médico- Cirúrgica</i>	13
<i>Com. Esp. Enfermagem de Saúde Mental e Psiquiátrica</i>	11
<i>Com. Esp. Enfermagem de Saúde Materna e Obstétrica</i>	11
<i>Com. Esp. Enfermagem de Saúde Infantil e Pediátrica</i>	12
<i>Com. Esp. Enfermagem Comunitária</i>	13
<i>Com. de Cuidados Gerais</i>	13
<i>Com. de Formação</i>	11



607
02

O Conselho Fiscal reuniu 5 vezes para proceder à análise das actas do CDN e das contas da Ordem.

A Mesa da Assembleia Geral dirigiu os trabalhos em 2 Assembleias Gerais, (uma das quais extraordinária) tendo reunido previamente por 2 vezes para a sua preparação.



19 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

A situação económica e financeira da **Ordem/Sede Nacional** no ano 2000 deverá ser analisada no contexto da nova realidade, decorrente do facto de ser o primeiro ano em que se iniciaram as quotizações, que permitiram dar execução material e financeira ao artigo 94º dos Estatutos da Ordem.

O valor da quotização emitida e recebida pela Ordem, assim como a sua distribuição pela Sede e pelas Secções Regionais, utilizando o perfil de distribuição previsto no art.94º dos Estatutos, e aprovado na Assembleia Geral Ordinária de 30 de Outubro de 1999, pode ser observada no quadro seguinte, cujos resultados indicam que os recebimentos atingiram uma taxa de cobrança na ordem dos 86%:

	TOTAL	SEDE	NORTE	CENTRO	SUL	MADEIRA	AÇORES
Quotização emitida	651.819	423.641	58.586	43.386	80.976	20.156	25.074
Quotização recebida	562.270	365.476	50.734	35.635	71.042	17.570	21.814

O exercício de 2000 pautou-se pelo equilíbrio económico da Sede registando-se um resultado líquido do exercício de 318 039 contos e meios libertos de 334 153 contos.

19.1 Análise da Situação Económica (Mapas Nº1 e Nº2)

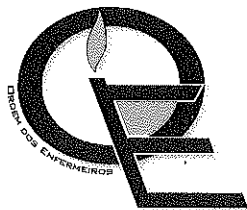
A situação económica da Sede, no exercício de 2000, caracteriza-se essencialmente pelo início das quotizações dos membros que permitiram situar os proveitos totais em 485 652 contos. A sua estrutura descreve-se no Mapa nº1.

Os proveitos financeiros no valor de 9 187 contos resultaram das aplicações em depósitos a prazo e aplicações de tesouraria, as quais permitiram fazer face à compra das novas instalações para a Sede Nacional sem recurso a capitais alheios.

Por outro lado, os custos do exercício totalizaram 167 613 contos.

Custos financeiros incluem essencialmente os custos dos pagamentos por multibanco.

As amortizações do equipamento adquirido durante a Comissão Instaladora (1998 e 1999) para as Secções Regionais foram assumidas pela Sede como um custo imputável a si mesma. Este custo referente ao imobilizado adquirido nos exercícios de 1998 e 1999 ronda os 12 253 contos.

GD
or

No exercício de 2000 as amortizações do imobilizado adquirido cifraram-se em 3 862 contos, totalizando 16 114 contos de amortizações do exercício.

MAPA Nº1

SEDE	2000	mEsc %
I-PROVEITOS		
Prestações de Serviços		
Quotizações		
Inscrições	423.641	87.2
Emolumentos	48.120	9.9
	1.917	0.4
Subsídios à exploração		
Proveitos e ganhos financeiros	2.764	0.6
Proveitos e ganhos extraordinários	9.187	1.9
	23	0.005
TOTAL DOS PROVEITOS	485.652	100.0
II- CUSTOS		
Fornecimentos e Serviços Externos (a)		71.1
Impostos	119.222	0.9
Custos com pessoal	1.577	11.1
Amortizações	18.619	9.6
Custos e perdas financeiros	16.114	4.3
Custos e perdas extraordinários	7.149	2.9
	4.931	
TOTAL DOS CUSTOS	167.613	100.0

(a) Rubrica apresentada de acordo com o Plano de Actividades no Mapa nº 2

MAPA Nº2

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

SEDE	Em mEsc 2000
Actividades decorrentes do Plano	
Funcionamento dos Órgãos Sociais Nacionais	18.728
Assembleia Geral (duas sessões)	5.389
Mailing mensal quotização	24.262
Informação aos membros	29.655
Grupos de trabalho	3.166
Seguros	87
Representação nacional e internacional	1.217
Encontros e conferências	9.985
Encontro Órgãos Sociais	4.531
Honorários	10.385
Outros fornecimentos e serviços externos	11.817
TOTAL DOS CUSTOS	119.222



19.2 Análise da Situação Financeira (Mapa N° 3)

Salientam-se a realização de investimentos no montante de 334 449 contos. Podemos traduzir este nível de investimentos, com base num mapa onde se demonstra os montantes aplicados em cada uma das rubricas.

MAPA N° 3

SEDE	Em mEsc 2000
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS	
Edifícios e outras construções:	
Comparticipação Sede SRSul	50.000
Comparticipação Sede SRCentro	20.000
	13.050
Equipamento administrativo(*):	
Móveis e utensílios	
Equipamento informático	1.399
Outras imobilizações corpóreas	0
Equipamento de Transporte	
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO	
Edifício da Sede Nacional	250.000
Total de Investimentos	334.449

(*) Em 2000 o equipamento informático encontrava-se incluído na rubrica "Equipamento Administrativo", sem sub rubricas de desagregação.

